

Planejamento regional

A segunda metade do século XX foi marcada pela busca de novas orientações para o desenvolvimento. Para assegurar a proteção do meio ambiente, ameaçado notadamente pelos produtos industriais, e, paralelamente, para reduzir as distâncias entre categorias sociais que cresceram muito com o progresso tecnológico, se iniciou, tanto no plano internacional quanto no Brasil, uma dinâmica de reflexões sobre mudanças a operar na gestão dos recursos do planeta.

A dimensão regional, em particular, foi objeto de atenção específica. A busca de soluções para os problemas das regiões exige, com efeito, um intercâmbio entre o poder central e as sociedades regionais. É necessário levar em conta a diversidade das áreas do território nacional e buscar uma real descentralização das decisões, para que se possa assegurar a coerência da ação local com as grandes linhas da política nacional.

É necessário, também, levar em conta que "o planejamento lida com espaços concretos em suas dimensões territoriais, ambientais e logísticas, mas também com seres humanos concretos, eivados de interesses e contradições. O estilo de planejamento para o desenvolvimento praticado nos anos de 1970 não considerava os indivíduos que eram objeto do planejamento como seres concretos, de carne e osso, que devem ser consultados quando da formulação de políticas que lhes concernem. A realidade mostrou que os indivíduos de carne e osso muitas vezes não reagem exatamente como previsto nos planos centralizados e hierárquicos.

Hoje, sabe-se que não se pode controlar facilmente as principais variáveis referentes aos processos de crescimento e desenvolvimento socioeconômicos. Reconhece-se, ademais, que o planejamento implica compreender as necessidades e peculiaridades locais e apreender as lógicas que fazem com que o chamado círculo vicioso da pobreza continue a operar em algumas áreas, enquanto é superado em outras. Assim, o planejamento é vivido como um processo no qual só se atinge resultados parciais, processo esse que não tem fim.

Produzir políticas de forma participativa implica envolvimento na política local, com suas contradições e conflitos. Implica também promover o diálogo entre contraditórios e identificar perspectivas de futuro onde se experimenta, no dia-a-dia, desesperança e desespero. Trata-se, portanto, de um desafio complexo.

Outrossim, para mobilizar pessoas e instituições, entidades e empresas, faz-se necessário conhecer a história e, inserido nela, iniciar uma abordagem dos principais problemas do país e da região e das carências de milhares de pessoas – nessa biorregião moram 1,5 milhão de habitantes - que devem ser convencidas e estimuladas a tomar uma decisão, a de participar voluntariamente de debates públicos." ¹

A promoção do desenvolvimento dessa região, nessa perspectiva, só pode ter êxito se no plano político se estabelecer um novo tipo de relacionamento entre os diversos parceiros da região no plano federal, os poderes públicos estaduais – para essa região, são três governos (Ceará, Pernambuco e Piauí) - as autoridades municipais, isoladamente ou dentro de consórcios, e a sociedade regional que tem, por sua vez, suas estruturas setoriais e territoriais.

A gestão de território está apreendida, assim, como um processo que exige de um grande número de parceiros uma aprendizagem de participação e de envolvimento com os problemas próprios deste território e de seus habitantes. A mudança de postura exige, por parte das lideranças dos diferentes níveis, lucidez e vontade de avançar objetivamente na construção de um futuro melhor para todos.

¹ Trecho de palestra pronunciada pela prof^a. Cleuza Pereira do Nascimento, prefeita de Salgueiro PE e presidente do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe, na abertura de reunião realizada em 6 de julho de 2004, em Picos PI.

No fim do século passado, a busca da descentralização apareceu com clareza nas orientações de certos ministérios, como por exemplo nos dispositivos criados pelas pastas da Saúde e da Educação. Todavia, para que a descentralização se desenvolva corretamente, é necessário que se encontrem no território em questão instituições interessadas no estabelecimento de parcerias que avaliem bem a dimensão das responsabilidades recíprocas e que, além disso, sejam competentes.

No planejamento das ações na Biorregião do Araripe, muitos ministérios estão envolvidos, entre os quais se destacam:

- o Ministério do Meio Ambiente/Implantação da Agenda 21 brasileira;
- o Ministério da Integração Nacional/Política nacional de desenvolvimento regional;
- o Ministério da Educação/Ensino nos diferentes níveis;
- o Ministério da Saúde/Acompanhamento da saúde em todo o território nacional;
- o Ministério das Ciências e Tecnologia/Desenvolvimento da pesquisa;
- o Ministério das Minas e Energia/Subsolo e seus usos;
- o Ministério da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária;
- o Ministério dos Transportes/Gestão das infra-estruturas.

A estrutura político-administrativa da Biorregião do Araripe leva, quando se trata do planejamento, à manutenção de dois níveis de trabalho: 1. as áreas envolvidas com um determinado estado, de um lado; 2. o conjunto dos municípios que integram essa biorregião, do outro.

Com efeito, cada estado tem sua dinâmica própria, relacionada com sua história e sua geografia. O estado de Pernambuco tem uma tradição regionalista, com distinção da zona da mata, do agreste e dos diversos sertões, e já elaborou sua Agenda 21. O estado do Ceará tem outras características. O governo estadual está iniciando uma gestão territorializada. O governo do estado do Piauí está se envolvendo com uma gestão participativa de seu território com definição de novas agregações de municípios, um processo em andamento.

Na elaboração de uma estratégia integrada para subsidiar políticas para a Biorregião do Araripe, os projetos elaborados pelos governos estaduais para a parcela de seu espaço envolvida com o Araripe constituem contribuições que evidentemente deverão ser consideradas no momento do estabelecimento de proposições para o conjunto da mesorregião.

A paisagem dos 88 municípios que compõem a mesorregião vai mudar dentro em breve, em decorrência das eleições municipais. O processo de elaboração da Agenda 21 vai exigir, assim, a atualização das relações entre a direção do Fórum e as equipes que vão se encontrar na chefia das prefeituras. Alguns dos delegados eleitos para a plenária do Fórum poderão ser substituídos. Por esse motivo, o processo de preparação da Agenda 21 da mesorregião foi adiado para o quarto trimestre de 2004. É uma tarefa que exigirá organização, tempo e dedicação por parte dos parceiros e habilidade por parte da direção da Mesorregião do Araripe para promover as necessárias mobilizações.

A próxima reunião da Assembléia-Geral do Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião da Chapada do Araripe está prevista para a primeira quinzena de novembro de 2004, no município de Salgueiro PE.

Não se trata de elaborar um plano de governo para a mesorregião, mas uma proposta de estratégia integrada destinada a subsidiar políticas públicas e a estabelecer mecanismos de controle social que garantam a corresponsabilidade dos parceiros, inclusive na fase de implementação das ações.

A título de referência, lembramos aqui os seis grandes eixos estratégicos definidos na *Agenda de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste*, publicada em novembro de 2001:

- a) educação e distribuição de ativos sociais;
- b) competitividade e crescimento econômicos;
- c) gestão e regulação dos recursos ambientais;
- d) tecnologia para a competitividade e sustentabilidade;
- e) desenvolvimento institucional e organização da sociedade;
- f) integração e desconcentração intra-regional.

Na reunião do Fórum realizada em 6 de julho de 2004, em Picos PI, foram definidos cinco eixos para as câmaras técnicas que serão formadas no quarto trimestre. Esses eixos são os seguintes:

01. Infra-estrutura
02. Políticas sociais:
 - educação
 - saúde
 - segurança
03. Setor produtivo:
 - agricultura
 - pecuária
 - mineração
 - indústria
 - arranjos produtivos locais
04. Setor cultural
05. Meio ambiente

A Fundação Araripe está associada a este processo. A ambição do projeto é grande, mas está relacionada com a necessidade imperiosa de inovar para criar uma nova dinâmica em substituição ao presente cenário, produtor da desigualdade social.